



CUTUCOU

Renan Filho diz que governo Lula fez em 2 anos mais leilões de rodovias que todo governo Bolsonaro

MACEIÓ, 28/02 A 07/03 DE 2025 - ANO IV - EDIÇÃO 193 - R\$ 3,00
REDEREPORTER.COM.BR

Câmara de Maceió aprova audiência pública sobre impacto de megatorres na Lagoa da Anta



DECADÊNCIA

TV Gazeta é investigada por suspeita de fraude em recuperação judicial



ARTICULAÇÃO

Marluce Caldas Bezerra deve ser nomeada ao STJ após o Carnaval, com apoio do Centrão



FOCO NO FUTURO

JHC se prepara para disputa pelo Governo de Alagoas em 2026





TRABALHANDO PELO TRABALHO

O secretário executivo da Secretaria de Estado do Trabalho, Erick Silveira, vem trabalhando de forma incansável para gerar oportunidades de emprego para a sociedade alagoana. Com projetos de cursos e capacitação para o mercado de trabalho, ele tem chegado a vários municípios do estado para qualificar a mão de obra dos alagoanos.

DEBATER IMPACTOS

A Câmara Municipal de Maceió aprovou um requerimento para a realização de uma audiência pública que discutirá os impactos ambientais e urbanísticos da proposta de construção de cinco megatorres, com 15 andares cada uma, no entorno da Lagoa da Anta, na Jatiúca.

PROGRAMAÇÃO GARANTIDA

Com uma programação que valoriza os artistas locais e promete uma diversidade de ritmos — do frevo ao samba, passando pelo axé, pagode e muito mais —, a Prefeitura de Maceió, por meio da Fundação Municipal de Ação Cultural (FMAC), preparou o Carnaval é Massa, que irá agitar as ruas do bairro histórico do Jaraguá entre os dias 1º e 4 de março.

EM ALERTA

A Defesa Civil de Alagoas inspecionou a estrutura da ponte Engenheiro Celso Araújo, que liga os povoados Barra Nova e Massagueira, em Marechal Deodoro, com o objetivo de avaliar riscos de ruptura e deslizamento. O órgão estadual destacou que não há possibilidade de desabamento, mas existe dano na estrutura de contenção do aterro. A Defesa Civil de Marechal Deodoro deverá fazer o isolamento da área na parte inferior da ponte para evitar o tráfego de embarcações e pescadores no local.

EXPEDIENTE

Vitor Cansanção
Diretor Geral
MTE 1841/AL

Jornal REDE REPORTER é uma publicação semanal

Endereço para correspondência:

REDACAO@REDE-REPORTER.COM.BR

WWW.REDEREPORTER.COM.BR

Os artigos assinados são de responsabilidade dos autores, não representados, necessariamente a opinião deste jornal.



Lendo & Comentando

Lancei meu quinto livro pela Edições Catavento patrocinado pelo industrial Dr. José Carlos Correia Maranhão, diretor-superintendente comercial do Grupo Santo Antônio, considerado o mecenas alagoano pela excelsa sensibilidade cultural que lhe é peculiar.

A obra em epígrafe, as orelhas foram escrita pelo saudoso poeta Jucá Santos, então presidente da Academia Maceioense de Letras: Ler o novo trabalho de Laurentino Veiga, que tem por título Lendo & Comentando – Crítica Literária, é se inteirar daquilo que escreveram, em seus livros, os escritores alagoanos e brasileiros, através das crônicas bem expressas por esse homem, cuja inteligência e cultura só fazem dignificar e honrar a terra alagoana que é o seu berço-mãe”.

Doutor Douglas Apratto Tenório, vice-reitor do CESMAC, “Laurentino Veiga é um economista com vocação

de jornalista e cronista. Professor das mais conceituadas instituições universitárias de Alagoas, ele tem admiração de seus alunos pelas aulas cheias de novidades. Fez ressurgir sob sua direção a Associação Alagoana de Imprensa, uma tarefa hercúlea que só poderia ser alcançada por um sonhador e obstinado. A AAI tem vida própria e um quadro de associados ilustres”.

Nele inseri o Decalogo: 1. Como economista acredito no trabalho porque gera emprego e renda; 2. Como jornalista acredito na notícia como fonte sine qua non da mídia; 3. Como colunista acredito no social porque informo os fatos do cotidiano; 4. Como escritor acredito na ficção porque suaviza a realidade; 5. Como acadêmico acredito na imortalidade porque perpetua as letras maceioenses; 6. Como cristão acredito na fé porque me aproximo de Deus; 7. Como filósofo acredito na dialética porque consolida o campo

metafísico; 8. Como professor do CEASMAC acredito no saber porque reproduz o conhecimento humano; 9. Como discípulo de Keynes acredito no Estado porque promove o bem-estar social; 10. Como homem acredito nas mulheres todos os dias porque estão e viraram celebridades

Aportei n bela Maceió na aurora da década de sessenta trazido pelo meu saudoso irmão-economista Cícero Veiga da Rocha. Estudei no Colégio Estadual de Alagoas. Imitei-o sendo adepto da ciência severa da escassez. Trabalhei no estado como economista. Paralelamente, lecionei na maior Instituição privada de Alagoas. Ingressei no jornalismo pelas do Mestre Paulo de Castro Silveira, meu guru que muito me influenciou no jornalismo. Na peleja da vida (79 anos), considero-me um obstina à procura de servir à altutur



Barra de São Miguel será balneário dos acordos/conversas políticas durante o carnaval em Alagoas

Em Alagoas, principalmente, ano eleitoral e pré-eleitoral, a belíssima Barra de São Miguel se torna o destino da maioria dos políticos alagoanos. Rumo ao litoral sul, a classe política do estado está preparada para festejar nas casas de veraneios do município.

Porém, muitos também estarão passando pela cidade para tratar do futuro político e da eleição de 2026. Segundo o que apurou o Blog Kléverson Levy, Barra de São Miguel vai receber gente de ‘peso’ – no bom sentido – para diálogos com vistas ao futuro pleito.

Dizem que a casa de praia do senador Renan Calheiros (MDB) será uma das mais visitadas até a quarta-feira de cinzas. O parlamentar estará em Alagoas, durante os festejos carnavalescos, fazendo o que ele sempre faz há mais de 40 anos de vida pública: política x política.

Renan (pai) vai comemorar o carnaval como sempre fez

para agradar convidados com boas doses regadas aos whisks e uma culinária bem alagoana para receber bem seus (dele) aliados.

Quem também deve passar por lá – na cidade, ok? – é o deputado federal Arthur Lira (PP), o ex-todo-poderoso de Brasília. Lira que tem o município nas mãos, desde que seu pai era prefeito e, agora, sob o olhar de Álvaro Lira, o “Lirinha”, um dos filhos do parlamentar, que se tornou gestor administrativo na Prefeitura da Barra de São Miguel ganhando uma pequena quantia em salário de R\$ 8 mil.

Bom, o prefeito – de direito e voto – é Henrique Alves Pinto (PP), mas Álvaro Lira, o “Lirinha”, é outro “prefeito” sem mandato. Escreveremos depois sobre o assunto.

Por outro lado, voltando ao tema deste texto, fica como recado para os moradores da cidade do litoral e visitantes que se acostumem com a movimentação de carros de

luxo durante a festa de Momo. No entanto, ao observarem algum encontro político em ambas casas (entre Renan e Arthur) não estranhem. Faz parte do jogo político para o próximo ano.

Afinal, a certeza é que a Barra de São Miguel será balneário dos acordos/conversas políticas durante o carnaval. Poder é Poder! Política é Política! Poder e Política, óbvio, se misturam homogeneamente. Isso é Alagoas. Isso é Brasil!

Por fim, como no Brasil dizem que o ano – realmente – só começa depois do carnaval, então, aguardemos para que também seja retomado o período pré-eleitoral de 2026. Veremos o resultado das articulações e alianças previstas para acontecer para depois do Carnaval!

Será?

É isto!

E viva a política dos políticos em Alagoas!

MEIO AMBIENTE

Câmara de Maceió aprova audiência pública sobre impacto de megatorres na Lagoa da Anta

A Câmara Municipal de Maceió aprovou, nesta terça-quinta (27), o requerimento do vereador Allan Pierre (MDB) para a realização de uma audiência pública que irá discutir os impactos ambientais e urbanísticos da proposta de construção de cinco megatorres de 15 andares no entorno da Lagoa da Anta, na Jatiúca. O debate, agendado para o dia 17 de março, visa aprofundar a análise sobre os potenciais danos ao ecossistema local e as consequências para a mobilidade urbana da capital.

A audiência será um espaço aberto para representantes do poder público, entidades ambientais, setor imobiliário e sociedade civil. O objetivo é avaliar os riscos de um empreendimento que prevê a transformação da área cedida ao Hotel Jatiúca em um complexo residencial de alto padrão.

Entre os convidados para o evento estão a Prefeitura de Maceió, a Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo, o Instituto do Meio Ambiente de Alagoas (IMA-AL), o Ibama, o Ministério Público e representantes do setor da construção civil.

O vereador Allan Pierre ressaltou a importância da Lagoa da Anta como patrimônio natural da cidade e alertou para a necessidade de um debate amplo e transparente sobre qualquer intervenção na área. "A Lagoa da Anta é um dos últimos resquícios naturais da nossa cidade e não podemos permitir que o desenvolvimento urbano avance sem um planejamento sustentável. Precisamos garantir que esse projeto não comprometa a biodiversidade, o equilíbrio ecológico e o direito da população de usufruir do espaço público", afirmou.

A polêmica sobre o projeto aumentou nos últimos meses, principalmente pela falta de um debate sobre o impacto ambiental da construção de espigões em um dos últimos ecossistemas preservados da capital. Outro ponto de preocupação é a defasagem do Plano Diretor de Maceió, que não é atualizado há 20 anos. Ambientalistas e urbanistas apontam os riscos da verticalização da região, como a impermeabilização do solo, o aumento do trânsito e os danos ao lençol freático.

O CONTRATO

O projeto de construção das cinco megatorres foi fechado entre a Record Construtora e o Grupo Lundgren, por meio de um contrato de gaveta. O Valor Geral de Vendas (VGV) do empreendimento – que representa o faturamento total das unidades a serem comercializadas – ultrapassa R\$ 1,5 bilhão, conforme estimativas do

mercado imobiliário, que inclui profissionais de Alagoas e de outros estados do Nordeste.

Fontes próximas à negociação confirmaram à Gazeta que a Record já desembolsou R\$ 10 milhões ao Grupo Lundgren como pagamento inicial. As negociações, mantidas em sigilo, foram retomadas após o período eleitoral. Hélio Abreu, sócio da Record Construtora, confirmou a negociação e informou que o contrato também prevê a absorção de uma dívida de R\$ 260 milhões do Grupo Lundgren junto a instituições financeiras.

Além do pagamento inicial e da dívida, os termos contratuais envolvem um adicional de R\$ 260 milhões, totalizando R\$ 520 milhões. Este valor corresponde a uma taxa de valorização de 35%, devido à incorporação da área ao projeto.

CASO PINHEIRO

TRF5 nega realocação a moradores afetados por desastre da Braskem

A Primeira Turma do Tribunal Regional Federal da 5ª Região (TRF5) tomou uma decisão desfavorável aos moradores das áreas vulneráveis no entorno do desastre ambiental causado pela mineração da Braskem. Em julgamento realizado nesta quinta-feira (27), os desembargadores, por unanimidade, reformaram a liminar da 3ª Vara Federal em Alagoas que permitia aos moradores afetados pela mineradora optar entre realocação ou indenização pelos danos materiais e morais.

Os desembargadores argumentaram que a questão deveria ser aprofundada na primeira instância, destacando que as áreas em questão não foram classificadas como o nível de criticidade máxima (00), o que exigiria remoção imediata. A decisão afeta diretamente os moradores de áreas classificadas como de monitoramento no mapa de risco da Defesa Civil, especialmente no bairro Bom Parto, em Maceió.

O Ministério Público Federal em Alagoas (MPF) reafirmou seu compromisso de continuar pressionando para que a Braskem assuma a responsabilidade pelos danos sociais e ambientais causados. O procurador regional da República Rafael Nogueira, em sua manifestação durante a sessão do TRF5, destacou que o impacto não foi causado por um acidente geológico, mas sim por um grave dano ambiental decorrente da atividade da Braskem.

Nogueira também ressaltou que a defesa da Braskem no

agravo ignorou o acordo coletivo firmado para a indenização dos moradores, com base no mapa de risco nº 4 (2020), que já previa indenizações e realocações para áreas sob monitoramento, independentemente do nível de criticidade. "A situação de fato não mudou", afirmou o procurador, apontando que o MPF busca a aplicação do princípio da isonomia, garantindo aos moradores do mapa 5 o mesmo tratamento dado aos atingidos pelo mapa 4.

Em sua avaliação, a decisão do TRF5 desconsidera a extrema vulnerabilidade dos moradores da área AT06B, próxima à Lagoa Mundaú, que vivem sob o constante risco de agravamento dos danos causados pela atividade minerária da Braskem. O MPF, no entanto, promete continuar seus esforços para garantir que a Braskem seja responsabilizada pela reparação integral dos danos e para que a população afetada não seja deixada desamparada.

FOCO NO FUTURO

JHC se prepara para disputa pelo Governo de Alagoas em 2026

O prefeito de Maceió, João Henrique Caldas, o JHC (PL), está cada vez mais consolidado como possível candidato ao governo de Alagoas nas eleições de 2026. Embora ainda não haja uma confirmação oficial, aliados do prefeito garantem que ele está se preparando para a disputa, com a estratégia de renunciar ao cargo de prefeito no início de abril de 2026 para se desincompatibilizar.

JHC escolheu o ex-senador Rodrigo Cunha (Pode) como seu vice, o que fortalece ainda mais a sua articulação política. Além disso, o prefeito tem se dedicado a ampliar sua base de apoio no interior do estado, numa clara sinalização de que está se organizando para a corrida pelo governo. "Ele gosta de desafio", afirmou o secretário de Governo da prefeitura de Maceió, Junior Leão, destacando a disposição do prefeito em enfrentar um dos principais nomes da política alagoana, o ex-governador e atual ministro dos Transportes, Renan Filho (MDB).

Nesta segunda-feira, 26 de fevereiro, começaram a ser divulgados os primeiros movimentos de JHC no interior, com nomeações no Diário Oficial de Maceió. O ex-prefeito de Palmeira dos Índios, James Ribeiro, foi nomeado para atuar na região Agreste, e Antoniel Brandão Malta, ex-candidato a vice-prefeito em Mata Grande, foi designado para a região do Sertão. Ambos fazem parte do grupo político de Antônio Albuquerque, aliado de JHC que já ocupa cargos na prefeitura de Maceió.

A crescente articulação de JHC no interior também conta com o apoio de outras forças políticas, como o deputado federal Marx Beltrão (PP) e a família Pereira, além de Arthur Lira, deputado federal e uma das principais lideranças do estado. Com esses apoios, JHC já contaria com a liderança política em cerca de dez municípios e forte presença em muitas outras cidades. Para Junior Leão, "tem mais gente vindo", indicando que novos apoios devem surgir nos próximos dias.

No entanto, um dos principais focos de JHC é explorar as "brechas" deixadas pelo grupo do atual governador Paulo Dantas, buscando conquistar novos espaços e fortalecer ainda mais sua base. Uma das possibilidades de apoio envolve o ex-deputado Celso Luiz, embora ainda não haja confirmação de um alinhamento. Em entrevista ao jornalista Wadson Régis, Leão afirmou que as nomeações de James Ribeiro e Antoniel Brandão Malta não têm relação com Celso Luiz, mas destacou que as conversas com ele e outras lideranças políticas seguem em andamento.

Caso JHC não se lance oficialmente como candidato ao governo, os apoios que ele já conquistou podem ser direcionados a outro nome do seu grupo, ou até mesmo à sua própria candidatura ao Senado. No entanto, essa possibilidade ainda está distante e dependerá de como os próximos meses se desenrolarem.



ARTICULAÇÃO

Marluce Caldas Bezerra deve ser nomeada ao STJ após o Carnaval, com apoio do Centrão



A procuradora de Justiça de Alagoas, Marluce Caldas Bezerra, está prestes a ser nomeada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva para o Superior Tribunal de Justiça (STJ), segundo fontes próximas às articulações políticas. A indicação deve ocorrer após o Carnaval.

Marluce, tia do prefeito de Maceió, JHC, conta com o apoio de figuras influentes do Centrão, como o presidente da Câmara, Arthur Lira, e o senador Renan Calheiros. Sua nomeação representa uma vitória política do grupo, com forte lobby exercido por Lira e Renan junto ao governo federal. No Judiciário, a procuradora tem o respaldo do ministro Gilmar Mendes, decano do Supremo Tribunal Federal (STF).

A escolha de Marluce surge em meio a um jogo de articulações políticas no Judiciário, após o fracasso do ministro Mauro Campbell, do STJ, em cumprir a promessa feita a Lula de incluir Rogério Favreto, desembargador do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, na lista de candidatos para a vaga destinada à magistratura federal. Favreto, que era o favorito de Lula, não conseguiu votos suficientes dentro do STJ.

Como resultado, o presidente optou por não nomear Sammy Barbosa, procurador de Justiça do Acre e apadrinhado político de Campbell. Antes da votação no STJ, em outubro do ano passado, Sammy era considerado uma escolha certa para a corte.

DECADÊNCIA

TV Gazeta é investigada por suspeita de fraude em recuperação judicial

A TV Gazeta, afiliada da Globo em Alagoas e que pertence ao ex-presidente e ex-senador Fernando Collor, está sendo investigada pela Polícia Civil de Alagoas por suspeita de fraude no pedido de sua recuperação judicial, em andamento desde 2019. A investigação foi aberta após solicitação do Ministério Público de Alagoas (MPAL) e foi aceita no dia 3 de fevereiro.

Segundo o site f5, cinco testemunhas já foram ouvidas, incluindo credores e ex-funcionários da emissora, que buscam o pagamento de salários

atrasados e direitos trabalhistas. A principal suspeita é de que a recuperação judicial esteja sendo utilizada como estratégia para adiar pagamentos, o que configuraria um possível calote aos antigos funcionários.

Um dos credores que conseguiu a penhora das cotas de Collor na TV Gazeta, em um processo judicial afirmou que, apesar da decisão favorável, a TV Gazeta não fez qualquer pagamento. Existe a possibilidade de que profissionais da Globo sejam intimados a depor no caso.

A situação ocorre em meio a um conflito entre a TV Gazeta e a Globo. Em outubro de 2023, a Globo anunciou que não renovaria o contrato de afiliação com a emissora de Collor devido a uma série de escândalos, incluindo o uso da TV Gazeta por Collor em um esquema de corrupção, o que resultou em sua condenação a oito anos de prisão pelo STF.

Em resposta, a TV Gazeta entrou com um pedido judicial no início de novembro para impedir a Globo de encerrar o contrato, alegando que, sem o suporte

financeiro da emissora carioca, não seria capaz de honrar seus compromissos financeiros.

A Globo, por sua vez, sustenta que a TV Gazeta acumula dívidas substanciais e, em decisões desfavoráveis à Globo, o Tribunal de Justiça de Alagoas deu ganho de causa à emissora de Collor. A Globo já recorreu ao STF, enquanto também mantém um acordo verbal com o Grupo Asa Branca de Comunicação, dono da TV Asa Branca, para substituir a TV Gazeta assim que for possível.

DECADÊNCIA

Globo desmente negociações com empresas de Collor para manter sinal de emissora

Contrariando informações divulgadas na semana passada, fontes oficiais do Grupo Globo esclareceram que não há negociações em andamento para que uma das empresas do ex-presidente Fernando Collor continue operando o sinal de uma emissora carioca. A notícia foi confirmada pelo próprio grupo no final da tarde de quinta-feira, 20 de fevereiro.

Embora informações iniciais indicassem que as negociações já estivessem consolidadas, fontes de alto escalão no Grupo Globo asseguraram que essa não é a realidade. O imbróglio continua em andamento nos tribunais superiores, com recursos ainda sendo aplicados

para que a Globo consiga desfazer a sociedade com as empresas de Collor, uma parceria que, segundo o grupo, vem gerando "grave dano reputacional".

A disputa judicial envolve uma ação iniciada por Collor e suas empresas, que tentam evitar a falência. Um dos principais argumentos da Globo é que o contrato de retransmissão do sinal não pode ser considerado um "bem de capital", uma vez que trata-se de uma relação abstrata, e não de um item concreto como imóveis ou equipamentos. A Justiça de Alagoas, porém, tem mantido a decisão que preserva a sociedade, contrária ao entendimento dos tribunais superiores.

A discussão sobre o enquadramento do contrato como bem de capital foi a base da decisão liminar tomada no final de 2023 pelo então juiz Leo Denisson de Almeida. O recurso movido pela emissora carioca questiona essa interpretação da lei, que, segundo os advogados da Globo, está em desacordo com a legislação vigente. A situação segue em análise no Supremo Tribunal Federal (STF) e no Superior Tribunal de Justiça

(STJ), onde a decisão pode ter repercussões imediatas.

Além disso, o processo ainda aguarda uma decisão do STF sobre as penas aplicadas a Collor por condenações de lavagem de dinheiro e corrupção. A condenação do ex-presidente por um caso envolvendo a emissora local, que faz parte do grupo Organização Arnon de Mello (OAM), está no centro do desgaste entre a Globo e o conglomerado de Collor.

Enquanto isso, a possibilidade de o sinal continuar com as empresas de Collor foi discutida em uma reunião com representantes sindicais, que levantaram preocupações sobre os postos de trabalho que seriam afetados pela mudança. Contudo, a alegação das empresas de que perderão o sinal e, com isso, falirão, é vista como contraditória, especialmente considerando o salário elevado pago ao diretor-executivo Luís Amorim, de R\$ 67 mil mensais.

A decisão do STF sobre as penas de Collor, que era aguardada para fevereiro, deve ser adiada para março, prolongando ainda mais o impasse.

BASTIDORES

Galba Netto deve perder secretaria de JHC; Chico Filho rebate informação

O vereador Galba Netto, um dos principais aliados do prefeito de Maceió, JHC, mantém um controle estratégico sobre duas secretarias chave na administração municipal: Esportes e Meio Ambiente e Urbanismo. Além disso, ele tem influência em diversos outros cargos dentro da estrutura da Prefeitura.

Entretanto, com a recente mudança de rumos na Casa

de Mário Guimarães, Galba deve perder pelo menos parte da Secretaria de Meio Ambiente e Urbanismo (Semurb). A expectativa é que o vereador Chico Filho, atual presidente da Câmara Municipal, assuma a pasta de Urbanismo, em uma possível divisão da secretaria.

Ainda segundo fontes, Chico Filho também deve receber uma outra secretaria, seguindo a tendência de

aumento de poder na administração municipal.

A resposta de Chico Filho Em nota enviada ao jornalista Ricardo Mota sobre a questão, Chico Filho negou qualquer acordo ou reunião sobre a indicação para a Secretaria Municipal de Urbanismo. "Quero informar a você e seus leitores que em nenhum momento tive qualquer reunião ou acordo sobre a indicação da

Secretaria Municipal de Urbanismo", afirmou. "No momento, seguimos fazendo nosso trabalho na Câmara de Maceió, prezando por ainda mais conquistas para todos os maceioenses."

Chico Filho é o atual presidente da Câmara Municipal de Maceió.

ASSEMBLEIA

Fernando Pereira propõe redução de ICMS para fortalecer setor produtivo em Alagoas

O deputado estadual Fernando Pereira apresentou nesta quarta-feira (20), na Assembleia Legislativa de Alagoas (ALE), uma indicação para a redução da alíquota de base de cálculo do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) sobre a aquisição de máquinas e equipamentos destinados ao setor produtivo. A proposta visa equiparar a carga tributária de Alagoas àquela praticada

nos estados vizinhos, como Pernambuco e Paraíba.

Atualmente, Alagoas aplica uma alíquota de 20,5% sobre a aquisição desses equipamentos, enquanto Pernambuco e Paraíba praticam alíquotas significativamente menores, variando entre 7% e 5,7%. Essa diferença tem impactado a competitividade das empresas alagoanas, que acabam optando por abrir filiais nesses estados para adquirir maquinários a custos mais baixos. Como resultado, o estado perde arrecadação e oportunidades de crescimento econômico.

Em seu pronunciamento, Fernando Pereira destacou a necessidade

de revisar a política tributária estadual para fortalecer o setor produtivo local. "Com a atual carga tributária, as empresas alagoanas estão preferindo adquirir equipamentos nos estados vizinhos, o que prejudica nossa economia. Essa indicação visa garantir condições de competição mais justas", afirmou o deputado. Ele solicitou que a Secretaria da Fazenda e o governador Paulo Dantas considerem a proposta, ouvindo as demandas do setor produtivo e da Assembleia Legislativa.

A proposta segue agora para apreciação do plenário da ALE e, caso aprovada, será encaminhada para análise do Poder Executivo.

GOVERNO LULA

Centrão vê mal-estar na indicação de Padilha, desafeto de Arthur Lira

Renan Filho, ministro dos Transportes, destacou nesta segunda-feira (24) que a administração de Luiz Inácio Lula da Silva tem se mostrado mais ativa em relação aos leilões de rodovias em comparação ao governo de Jair Bolsonaro.

Durante um evento realizado na B3, ele informou

que, enquanto o governo anterior promoveu apenas seis leilões, a atual gestão já realizou nove e está prestes a realizar um décimo, que se refere à BR-343, na próxima quinta-feira (27).

O ministro também revelou que o governo tem planos ambiciosos para 2025, com a expectativa de realizar até 15

leilões de concessões rodoviárias. Essa estratégia visa não apenas arrecadar recursos, mas também fomentar o desenvolvimento econômico do país, sempre com um olhar voltado para a responsabilidade fiscal.

"Enquanto o governo anterior investiu em quatro anos cerca de R\$ 32 bilhões

com recursos públicos, nós investimos a mesma quantidade em dois anos", disse Renan Filho. "Vamos ultrapassar os R\$ 65 bilhões em quatro anos. Para atingir, precisamos de mais investimentos privados", disse Renan.

CUTUCOU

Renan Filho diz que governo Lula fez em 2 anos mais leilões de rodovias que todo governo Bolsonaro

Renan Filho, ministro dos Transportes, destacou nesta segunda-feira (24) que a administração de Luiz Inácio Lula da Silva tem se mostrado mais ativa em relação aos leilões de rodovias em comparação ao governo de Jair Bolsonaro.

Durante um evento realizado na

B3, ele informou que, enquanto o governo anterior promoveu apenas seis leilões, a atual gestão já realizou nove e está prestes a realizar um décimo, que se refere à BR-343, na próxima quinta-feira (27).

O ministro também revelou que o governo tem planos ambiciosos para 2025, com a expectativa de realizar até 15 leilões de concessões rodoviárias. Essa estratégia visa não apenas arrecadar recursos, mas

também fomentar o desenvolvimento econômico do país, sempre com um olhar voltado para a responsabilidade fiscal.

"Enquanto o governo anterior investiu em quatro anos cerca de R\$ 32 bilhões com recursos públicos, nós investimos a mesma quantidade em dois anos", disse Renan Filho. "Vamos ultrapassar os R\$ 65 bilhões em quatro anos. Para atingir, precisamos de mais investimentos privados", disse Renan.

SAÚDE

Delegado Leonam denuncia condições precárias no HGE e falta de pagamento a funcionários



Em sessão ordinária na Assembleia Legislativa de Alagoas, nesta terça-feira (25), o deputado Delegado Leonam (União Brasil) trouxe à tona denúncias sobre a precariedade estrutural do Hospital Geral do

Estado (HGE) e a falta de pagamento aos funcionários da Saúde.

Segundo o parlamentar, essas situações são inaceitáveis, especialmente após o Governo do Estado ter

investido, desde o início de 2024, aproximadamente R\$ 3,5 bilhões no setor.

Leonam também ressaltou que, além dos investimentos estaduais, o Executivo recebeu repasses do Governo

Federal no valor de R\$ 3,5 bilhões. "Hoje, temos uma estrutura precária e um ambiente insalubre no HGE. A refeição servida no hospital não possui o mínimo de higiene", concluiu o deputado.

CÂMARA

Vereador Thiago Prado propõe regulamentação da atividade de flanelinha em Maceió



O vereador Thiago Prado (PP) anunciou, nesta terça-feira (19), que está desenvolvendo um projeto de lei para regulamentar a atividade dos flanelinhas em Maceió. Em seu discurso na Câmara Municipal, Prado destacou os abusos cometidos por muitos flanelinhas, que, segundo ele, praticam extorsão, principalmente nas áreas próximas à Ponta Verde durante eventos aos finais de semana.

"Não são todos, mas muitos flanelinhas têm adotado condutas abusivas. Em locais como as redondezas da Ponta Verde, eles chegam a distribuir cones e fitas zebreadas nas ruas, como se fossem donos do espaço público, forçando os motoristas a pagarem valores exorbitantes para estacionar seus carros", afirmou o vereador.

Prado explicou que essa prática pode ser caracterizada como extorsão, conforme o Código Penal, o que implica em pena de reclusão de 4 a 10 anos, além de multa. Ele destacou a importância de regulamentar a atividade para garantir segurança à população e responsabilizar os flanelinhas que adotam condutas ilícitas.

"Estou buscando referências de modelos que foram eficazes em outras cidades para criar um projeto de lei que regule essa atividade. A ideia é dar mais segurança ao maceioense e catalogar esses trabalhadores, para que saibam que, quando cometerem erros, serão responsabilizados", afirmou o vereador.

Além disso, o parlamentar, que também é delegado da Polícia Civil de Alagoas, enfatizou a necessidade de ampliar a fiscalização sobre o serviço dos flanelinhas e destacou a importância de debater a instalação da zona azul em Maceió, para evitar que os condutores sejam vítimas de extorsão.

REDE REPÓRTER TÁ NA MÃO!

**PRINCIPAIS NOTÍCIAS
SOBRE POLÍTICA,
SAÚDE, FUTEBOL,
VARIEDADES.**

**DÁ UM
CLICK!**



www.redereporter.com.br

